

# Existe uma economia brasiliense?

Paulo Timm

A indagação pode parecer acácia. Como não existir uma economia local? Não obstante, é pertinente porque não raro escutamos falar da dependência econômica da cidade e da necessidade de se reverter este quadro. Alguns relutantes, que teimem em "achar" que não existe propriamente uma economia mas tão-somente uma situação artificial derivada da condição de capital da República, dirão ainda que isto é muito frágil. Rigorosamente, é tempo de se instaurar um debate mais qualificado sobre a questão econômica de Brasília capaz de elucidar controvérsias e apontar para os caminhos de um modelo de desenvolvimento urbano específico para Brasília, diferente do preconizado para Paris, Rio, São Paulo ou P. Seguro. Em primeiro lugar há que se registrar uma certa confusão entre "economia" e produção material. A confusão faz sentido porque a instância da economia na vida social se refere precisamente ao conjunto de atividades através das quais o homem satisfaz suas necessidades de sobrevivência. A economia moderna, porém, subverteu este conceito ao transformar este processo num generalizado mecanismo de produção de mercadorias mediatiza-

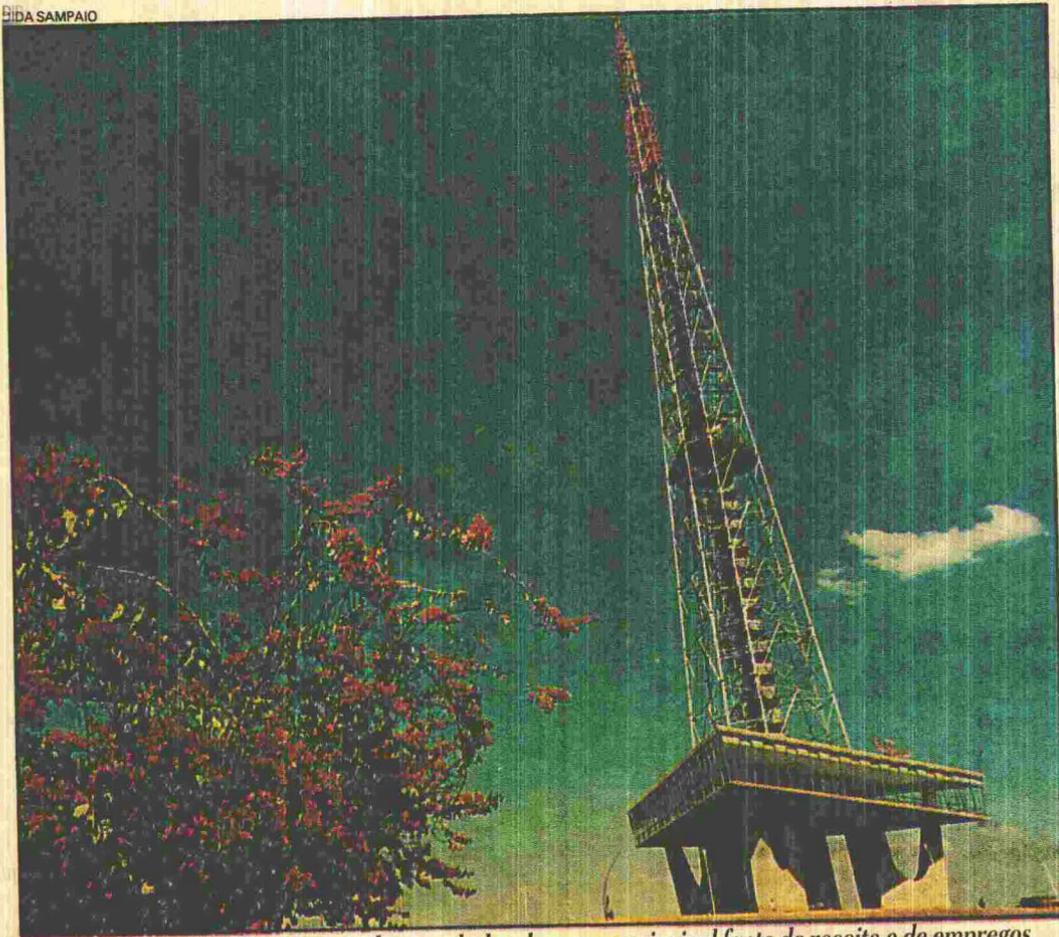
da, onde a força de trabalho é ela também transformada em mercadoria. Neste mundo a economia da produção de valores de uso se substitui pela economia de valores de troca que se valorizam e se vendem no mercado segundo as regras que condicionam os preços dos produtos e serviços insumidos. Daí dizer-se que existe uma economia sempre e onde houver um processo de geração de renda, isto é, de remuneração aos fatores capital, terra e trabalho. Deste surgiu a medida da economia como medida do processo de valorização destes fatores num espaço econômico, respectivamente, lucros e juros, rendimentos da terra e salário.

Ora, Brasília tem PIB? Claro. Derivado do processo de geração de renda decorrente da colocação em serviço no seu território de uma ampla força de trabalho, em torno de 700 mil, de um volume considerável de rendimentos decorrentes da propriedade e da cobrança de impostos que correspondem ao Governo. O valor deste PIB regional evoluiu entre 1980 e 1991 de 1,6 por cento do PIB nacional para 2,4 por cento, situando-se, pois num patamar de 11 bilhões de dólares algo superior ao de vários países da

América Latina, dentre os quais o Uruguai e Bolívia. Pouco importa se este processo se realiza no setor primário, secundário ou terciário. Isto é indiferente à economia. Trata-se de saber se existe ou não uma economia organizada, vale dizer de um processo de geração e distribuição de renda e não como, muito embora até se possa admitir que uma economia diversificada, com elevada capacidade de produção agrícola, alta densidade industrial e razoável potencial de pesquisa científica e tecnológica seja preferível a um cassino. Ambos, porém, podem ter o mesmo tamanho ainda que o segundo seja mais suscetível ao retrocesso que o primeiro. Outra questão seria discutir a composição e destino da receita fiscal, isto é da renda do setor público. Isto nos levaria a entender melhor o contencioso do Governo do Distrito Federal com a União e que deriva do fato de que quase dois terços da execução orçamentária do tesouro local provém de transferências não constitucionais da União. Mas isto seria assunto para outro artigo...

*Paulo Timm é economista e ex-secretário da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec)*

PIB SAMPAIO



*O turismo brasiliense tem tudo para deslanchar como principal fonte de receita e de empregos*